

## *Da ubiquidade do virtual na investigação: relevância da acessibilidade na disponibilização de recursos históricos, sociológicos e culturais online.*

A ubiquidade do virtual preencheu os nossos dias com uma riqueza inestimável de recursos supranacionais ao alcance de um teclado. Variados são os exemplos de bibliotecas, museus e arquivos históricos internacionais acessíveis e utilizáveis na actualidade como fontes integradoras de estudos históricos, sociológicos e culturais, o que permite que historiadores, sociólogos e pedagogos, por exemplo, possam aceder, independentemente das suas características sensoriais, à informação que estas instituições dispõem e que lhes permite gerar e divulgar conhecimento científico. A acessibilidade assim promovida tem vindo a gerar, desta forma, a equidade e democratização dos meios de criação de conhecimento e a formação de carreiras académicas e laborais que se pretendem de igual acesso a todos os cidadãos. Daremos conta, nesta nossa intervenção, de exemplos enriquecedores para a investigação e produção académica acessível, no panorama nacional e internacional, ou seja, de instituições que, potencializando a possibilidade de ignorar distâncias e circunstâncias, democratizam o conhecimento e incrementam a produção científica. Destacaremos ainda, como factores estruturais condicionantes desta nova potência de conhecimento, a importância da literacia digital e do cumprimento das normas internacionais em vigor para a usabilidade e acessibilidade dos conteúdos digitais pelas mesmas instituições destinadas à disseminação de conteúdos culturais e científicos.

### **Quanto às Instituições: o início.**

Se recuarmos no tempo - porque sem História nada se pode ponderar - essa acessibilidade à informação e esse direito à informação foram os primeiros cuidados de Valentin Haüy quando tomou ao seu cuidado o primeiro aluno cego, François le Sueur, e lhe preparou livros com caracteres em relevo, no início do seu projecto daquela que viria a ser a primeira escola para cegos no mundo ocidental: o Instituto Nacional para os Jovens Cegos, em 1785, em Paris. Ora do final do século XVIII para o século XXI muito se passou técnica e tecnologicamente, embora alguns objectivos se mantenham comuns, nomeadamente quanto à relevância e prioridade do acesso à informação.

Na verdade, a luta tem sido constante e persistente, procurando a normalização da diferença e a igualdade de oportunidades, desenhando soluções diversas e partilhando ideias, legislando estruturas com capacidade para evitar soluções e visões capacitistas – neologismo de origem francesa – *capacitiste* ou *validiste* - com o equivalente inglês de *ableism*, que significa impôr um modelo único de humanidade pelo qual todos sejam geridos, aniquilando assim a riqueza da diversidade humana. Sugiro a leitura da obra de Fiona Kumari Campbell, de 2009, com prefácio de Dan Goodley, dois grandes autores e teóricos desta área de estudos sobre Deficiência (Disability Studies) para aprofundamento deste conceito: *Contours of Ableism. The production of Disability and Aabledness*.

Assim, desde os discursos e escritos teóricos do citado Valentin Haüy (1793) que os objectivos da educação e da informação dos cidadãos cegos são os direitos e deveres de ser um cidadão, em pé

de igualdade com todos os outros, porém independentemente e com salvaguarda das suas características únicas, que o definem e dignificam. A base teórica do seu discurso é normalizadora mas não anula a identidade dos seus alunos cegos enquanto tal.

Perante o projecto de Haüy, que nos vem dos alvares da escolaridade moderna, é inegável que, se o primeiro salto para a igualdade de direitos foi a promoção da escolaridade com toda a adaptação de materialidades e técnicas que acarretou, incluindo o próprio sistema Braille, o segundo salto, gigantesco, foi o tecnológico. Em ambos os casos houve espaço para interpretações democratizantes da informação mas também normalizadoras/impositivas do corpo perfeito. Atingir os mesmos objectivos não quer necessariamente dizer que todas as pessoas sejam iguais. É nessa diferença que reside a riqueza da humanidade e a sua potência de saber.

Mais concretamente, assumamos que é hoje um dado adquirido que, por exemplo, um cidadão cego equipado com um computador ligado à internet e provido de um leitor de ecrã e de uma linha Braille é imparável no acesso à informação e seu tratamento especializado, restando poucas áreas académicas ou técnicas que lhe estejam, ainda hoje, vedadas.

Assim, envoltos no salto tecnológico dos nossos dias, num gesto tão simples como o de pesquisar por “libraries resources for the blind” ou “recursos de bibliotecas para os cegos” no Google, temos o retorno de 12.300.000 resultados em 0.70 segundos. O primeiro retorno é da Biblioteca do Congresso, esse colosso da informação presencial e *online*, que apresenta imediatamente o seu muito eficiente serviço de leitura em Braille ou Áudio. Seguem-se outras respostas, nomeadamente a da IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions – que apresenta um documento de 87 páginas sobre as Bibliotecas para os Cegos na Era da Informação e as de algumas instituições universitárias, como a da Universidade do Nebraska, que começa por declarar que as pessoas cegas e amblíopes têm as mesmas necessidades e direitos de acesso à informação que as pessoas normovisuais.

Outros exemplos de boas práticas nesta área são:

A Biblioteca Nacional de Portugal, onde se implementou desde cedo - 1969 - a prática da leitura em som e em Braille, num serviço de grande qualidade e interesse público. Tem esta biblioteca os seguintes serviços disponíveis:

- Livros em braille a título de empréstimo;
- Fonocópias de livros em registo sonoro;
- Um boletim informativo mensal por correio eletrónico;
- *Ponto e Som* publicação trimestral em braille, registo sonoro e documento eletrónico;
- Um posto de leitura adaptado com um computador devidamente equipado com programa leitor de ecrã, linha braille, scanner e OCR;
- Equipamento de ampliação;
- Um serviço de leitura assistida.

A Fundação Dorina Norwill, que também divulga, mediante o apoio a três bibliotecas, recursos em língua portuguesa, nomeadamente a Dorinateca, a Biblioteca Louis Braille e a Biblioteca de São Paulo.

O projecto Gutenberg, fundado pelo inventor em 1971 do ebook, Michael Hart, que se destina a acesso aberto e gratuito a livros em variados idiomas.

A British Library, em cujo *website* se podem verificar todas as informações necessárias à acessibilidade dos utilizadores, incluindo as de acesso físico e as de gestão de cães-guia, cães de assistência ou acomodação de assistentes pessoais.

Consideremos ainda os museus com acessibilidade virtual remota ou que usam a tecnologia como forma de acesso aos seus conteúdos culturais. Existem normas cada vez mais difundidas como o Artigo 30 da Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas Deficientes, ratificado pela União Europeia em 2010. Para dar um bom exemplo, no website do Museu do Louvre existe informação em abundância para se preparar uma boa visita com acessibilidade e no próprio Museu existem recursos diversos para aceder à informação de muitas das colecções deste imenso museu, incluindo recursos a audio-descrição e também impressões em Braille. Mas também museus mais pequenos como o Dayton Art Institute, têm disponíveis as suas recomendações e práticas na descrição de pintura, por exemplo. E em Lisboa, o Museu Nacional dos Coches tem disponíveis impressões em relevo de algumas das suas peças mais emblemáticas.

Também nas Universidades nacionais e internacionais se encontram hoje serviços especializados de apoio a estudantes deficientes, com diversas plataformas de apoio ao seu dia-a-dia e à estrutura das suas necessidades e recursos especializados às suas necessidades pessoais. Como exemplo temos o serviço NApE, Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Este serviço assegura aos alunos:

- condições de frequência: prioridade na inscrição, matrícula e escolha de turma;
- apoios pedagógicos: acolhimento e acompanhamento personalizado, materiais de estudo e formas de avaliação adaptados;
- acesso físico ao campus com o menor número possível de barreiras arquitectónicas;
- acesso gratuito à Biblioteca Aberta do Ensino Superior (BAES) que reúne um acervo de mais de 3000 títulos em Braille, áudio e texto integral e permite produzir e partilhar informação

Deste modo, estamos numa fase da evolução tecnológica que, com as correctas orientações humanísticas e sociológicas, permite a implementação e desenvolvimento destes como de outros projectos que valorizam e potenciam a informação livre e acessível a qualquer cidadão, desde que na possibilidade de ter à sua disposição o *hardware* e *software* necessários para lhes aceder.

## **Quanto à importância da literacia digital.**

Por literacia digital entendamos o conhecimento ágil do funcionamento e bom aproveitamento dos meios de processamento e transmissão de informação em formato digital, seja nos computadores, online ou offline, seja em dispositivos móveis como um simples telemóvel. Por boa utilização entendamos o conjunto de critérios pessoais, técnicos e éticos que devem presidir à utilização dos meios informáticos no desenvolvimento e produção de informação para fins pessoais e profissionais. Desta noção de literacia digital faz parte a noção de segurança digital, o que implica que na transmissão de informação sobre os recursos a que dá acesso sejam incluídos critérios de escolha seguros que evitem mal entendidos, falsa informação e falsas notícias e contactos indesejados ou mal intencionados. Um bom exemplo desta última situação é a preparação de crianças para navegar na internet em segurança e com autonomia, apoiadas desde o início para tomar opções de privacidade e segurança pessoal. Cito a propósito o projecto português Miúdos Seguros na Net, que se dedica à informação online e presencialmente em escolas, dos dados requeridos para estas boas escolhas fazerem parte do quotidiano digital de crianças e adolescentes.

A recente pandemia e as circunstâncias que foram criadas para ultrapassar a recessão de educação presencial e mesmo a alteração de trabalho presencial para teletrabalho são ainda exemplos da necessidade de Literacia Digital com condições de acessibilidade, dado que durante o ano de 2020 e parte do ano corrente, muitos alunos, certamente alguns com recurso a software adaptativo e muitos trabalhadores, igualmente alguns com recurso a software ou hardware adaptativo, tiveram que estabelecer em casa os seus postos de trabalho e transferir os seus hábitos estudantis ou laborais para casa, em postos acomodados para o efeito. Este mesmo Congresso Internacional em que estamos participando usa como base os meios digitais que temos ao nosso alcance e a base de conhecimento de Literacia Digital e Acessibilidade que cada um de nós tem como ferramentas alternativas de trabalho académico e científico.

Tendo falado na relevância extrema deste processo ainda em crescente desenvolvimento, há que destacar, finalmente, a existência de uma Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais 2015-2020 (documento ENILD) e a igualmente importante fundação internacional para a literacia digital (World Literacy Foundation), que destacam as apetências sociais, cognitivas e técnicas necessárias como primeiro passo para inclusão de todos no universo tecnológico.

Mas é toda a informação acessível?

## **Quanto ao cumprimento das normas nacionais e internacionais em vigor para a usabilidade e acessibilidade.**

“Baseado em estimativas recentes, mais de um bilhão de pessoas por todo o mundo têm uma deficiência. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, quase 15% da população mundial tem alguma forma de deficiência, tornando-os na maior minoria mundial, enfrentando barreiras

físicas e sociológicas sob a forma de preconceito. A discriminação contínua nega-lhes igualdade de acesso à educação, emprego, saúde e oportunidades. Essencialmente, o que verificamos é que existe um imenso potencial de recursos actualmente ainda excluído das forças de trabalho.”

Fonte: <https://en.unesco.org/news/beyond-barriers-disability>

Como temos vindo a afirmar, o discurso e o gesto de normalização no acesso à informação, neste caso à informação e oportunidades digitais, não obteve ainda o sucesso esperado dada a falta de preocupação dos agentes escolares, empresariais e sociais com a questão da acessibilidade. Para tal, muita legislação se tem produzido a nível internacional e muitas recomendações emanam de organismos tutelares supranacionais.

O organismo W3C tem no seu *website* as indicações básicas para o cumprimento das regras de acessibilidade digital. Falamos evidentemente da preparação de websites acessíveis e de serviços e aplicações móveis acessíveis. Dispõe ainda de diversos testes que podem ser usados para o controlo de qualidade dessa mesma acessibilidade. Fundamental é a garantia da independência de periféricos e a possibilidade de ligação a aplicações como por exemplo a leitura de ecrã ou a *hardware* especializado como sejam, por exemplo, as linhas Braille. Em Portugal, o *website* de referência é o [www.acessibilidade.gov.pt](http://www.acessibilidade.gov.pt).

Na verdade, com a disponibilização de websites e de recursos *online*, e conseqüente abertura dos serviços de Bibliotecas, Museus e Universidades, quer a nível presencial quer remoto, com acessibilidade a todos os utilizadores, serviços sempre melhorados pela constante renovação de legislação nacional e internacional, como vimos, é cada vez mais natural a progressão académica, laboral e para lazer, de cidadãos deficientes, por intermédio da tecnologia, à informação. Deste modo, a cada ano que passa, mais recursos são dados e mais serviços prestados por forma a se atingir uma igualdade de acessos à cultura, ao saber e ao lazer. Em particular do ponto de vista académico, cada vez mais é aberta a possibilidade de potenciar todos os cidadãos de igual forma, nos diversos cursos disponíveis, cada vez mais abertos ao funcionamento pleno para pessoas em situações físicas ou sensoriais específicas.

Para estes objetivos trabalham também, entre outras organizações, o Gtaedes Grupo de Trabalho para o Apoio aos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior e o MAVI Movimento de Apoio à Vida Independente. No primeiro caso, temos a situação de um departamento universitário de apoio ao estudante com necessidades particulares, em que vários serviços são divulgados e oferecidos ao longo do ano escolar, para facilitar o bom trabalho e a acessibilidade da informação ao estudante, da mesma forma como é prestada aos seus colegas sem necessidades de apoio específicas. No segundo caso, a preocupação é a de prestar serviços de apoio à vida independente de cidadãos que, muitas vezes tendo tido toda a sua vida o apoio de cuidadores informais do seio familiar, possam agora usufruir de independência tendo o apoio especializado de um cuidador dotado de formação específica para cada situação particular dos vários quadros possíveis de

necessidade de cuidados. São dois projectos que destaco pela relevância que sei que têm no nosso país e por serem pioneiros e de grande mérito.

Mas acessibilidade não é só na educação nem na vida quotidiana. Pode ser em situações de acesso ao lazer, informação académica e cultural de outro tipo. Falo do mundo da audiodescrição, técnica que está em desenvolvimento e que permite o acesso a informação de carácter visual, seja em descrição de vídeos tutoriais, seja em documentários ou mesmo filmes. Há técnicas para que a informação narrada pelo audio-descritor não se sobreponha a outro tipo de informação áudio, enriquecendo e não confundindo as narrativas que se desenham num qualquer tipo de filme ou apresentação visual. Esta técnica pode ainda ser utilizada em teatro, em descrições de museus ou exposições, em viagens de estudo académicas. É mais um meio auxiliar de acesso á informação.

No portal Acessibilidades da RTP encontramos a descrição das suas intenções de tornar a informação visual acessível mediante descrição especializada aos utilizadores cegos e com baixa visão e a indicação das instruções e programação abrangida por este movimento. Ainda não é uma aplicação muito lata deste conceito mas é um início. Noutros países há obrigatoriedade de quotas de programação com audiodescrição e disponibilização em salas de espectáculo de registos que possibilitam o acesso a informação áudio sobre o espectáculo em questão.

Cada vez mais a ubiquidade das tecnologias permite, desta forma, o registo e o acesso à informação de modo democrático, alargado e criativo, possibilitando o acesso de todos os cidadãos a um mesmo potencial de conhecimento humano. O esforço para divulgar as regras em vigor é fundamental e o gesto de execução e cumprimento das normas nacionais e internacionais estabelecidas à data é o mínimo que se pode exigir em termos de direitos humanos à informação e ao conhecimento.

## REFERÊNCIAS:

Campbell, F. Kumari (2009). *Contours of Ableism. The production of Disability and Aabledness*. New York: Palgrave MacMillan.

Hanes, R (2018). *The Routledge History of Disability*. Oxon: Routledge.

[http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=123%3Aleitura-para-deficientes-visuais&catid=42%3Aleitura-para-deficientes-visuais&Itemid=156&lang=pt](http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=123%3Aleitura-para-deficientes-visuais&catid=42%3Aleitura-para-deficientes-visuais&Itemid=156&lang=pt) acedido em 25-05-2021

[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm\\_2004\\_museus\\_e\\_acessibilidade.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf) acedido em 25-05-2021

<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4313&context=libphilprac> acedido em 24-05-2021

<https://en.unesco.org/themes/access-persons-disabilities> acedido em 24-05-2021

[https://en.wikipedia.org/wiki/Audio\\_description](https://en.wikipedia.org/wiki/Audio_description) acedido em 25-05-2021

<https://fundacaodorina.org.br/blog/3-bibliotecas-acessiveis-blog/> acedido em 25-05-2021

<https://vocaleyes.co.uk/venues/the-british-library/> acedido em 24-05-2021

<https://worldliteracyfoundation.org/digital-literacy-why-does-it-matter/> acedido em 25-05-2021

<https://www.acessibilidade.gov.pt/> acedido em 25-05-2021

<https://www.bl.uk/visit/accessibility> acedido em 25-05-2021

<https://www.fct.pt/dsi/inclusaoacessibilidadeliteraciadigitais/enild.phtml.pt> acedido em 25-05-2021

<https://www.fct.pt/dsi/inclusaoacessibilidadeliteraciadigitais/inclusaoliteraciadigitais.phtml.pt> acedido em 25-05-2021

<https://www.inr.pt/selo-de-usabilidade-e-acessibilidade> acedido em 25-05-2021

<https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/estudantes/alunos/estatutos-especiais/146-alunos-com-necessidades-educativas-especiais> acedido em 25-05-2021

<https://www.loc.gov/nls/> acedido em 24-05-2021

<https://www.w3.org/WAI/> acedido em 24-05-2021

Rose, N. (1998). *Inventing Ourselves: Psychology, Power and Personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.

<https://www.accessibletourism.org/resources/museums-and-exhibitions-accessible-for-visually-impaired---guidelines-20111.pdf> acedido em 16-06-2021

<https://www.museumsandtheweb.com/mw2001/papers/anable/anable.html> acedido em 16-06-2021.